

# *Grid* Mais tomadores para a fase 2

por Sônia Jourdoni  
de São Paulo

No final do mês passado, o Banco Central entregou aos credores da dívida externa mais uma lista de tomadores potenciais dos recursos da fase 2 da negociação brasileira. A lista é válida para o segundo trimestre e envolve os US\$ 875 milhões desembolsados em abril por conta do "jumbo" de dinheiro novo acertado para este ano, completados com parte das amortizações da dívida que o País deveria pagar em 1984 e que foram reescalonadas por mais nove anos (com cinco anos de carência).

No total, são US\$ 1 bilhão, 378 milhões e 8 mil que o Banco Central autoriza para aplicação no trimestre. A distribuição foi feita da seguinte forma: US\$ 1 bilhão, 6 milhões e 1 mil para o governo federal e mais US\$ 370,7 milhões para os governos estaduais e municípios. Pela lista, o rateio dos recursos destinados ao governo federal foi feito na base de US\$ 718,1 milhões para a administração indireta federal; US\$ 124 milhões para o BNDES, e US\$ 164 milhões para o Tesouro Federal.

A distribuição é a seguinte no item "administração indireta federal": US\$ 60 milhões para a Companhia Vale do Rio Doce e US\$ 320 milhões para o grupo Ele-

trobrás (US\$ 138 milhões para a "holding"; US\$ 88 milhões à Chesf; US\$ 29 milhões para a Eletronorte; US\$ 31 milhões para a Eletrosul; US\$ 50 milhões para Furnas; US\$ 50 milhões para a Light; US\$ 58 milhões para Itaipu e US\$ 51 milhões para a Nuclebrás). O grupo Siderbrás fica com US\$ 201 milhões (US\$ 25 milhões para a "holding"; US\$ 39 milhões para a Açominas; US\$ 20 milhões para a Cosipa; US\$ 33 milhões para a CSN; US\$ 56 milhões para a CST; US\$ 28 milhões para a Usiminas e US\$ 1 milhão para a Usimec). Mais US\$ 1,1 milhão fica com o Finep e outros US\$ 26 milhões são a cota da Infraero.

No item "Tesouro Federal", US\$ 9 milhões cabem ao Ministério da Marinha, US\$ 8 milhões ao Ministério do Exército e US\$ 147 milhões à República.

Quanto aos US\$ 370,7 milhões para os governos estaduais e municípios, estão assim discriminados na lista: US\$ 126 milhões para companhias de energia elétrica; US\$ 96 milhões para demais companhias (não definidas); e US\$ 148,7 milhões para Tesouros Estaduais (em US\$ milhão: US\$ 1,6 para o Amazonas; US\$ 2,3 para o Maranhão; US\$ 2,9 para o Ceará; US\$ 0,5 para o Rio Grande do Norte; US\$ 1,6 para a Paraíba; US\$ 4,8 para Pernambuco; US\$ 0,5 para Alagoas; US\$

0,2 para Sergipe; US\$ 8,3 para a Bahia; US\$ 24,7 para Minas; US\$ 5,1 para o Espírito Santo; US\$ 9,6 para o Rio; US\$ 18,3 para São Paulo; US\$ 18,8 para o Paraná; US\$ 9,1 para Santa Catarina; US\$ 3,8 para o Rio Grande do Sul; US\$ 0,9 para Mato Grosso e US\$ 1,0 para Goiás.

A maior cota, portanto, é a de Minas. Mas se os recursos do Estado de São Paulo perdem para os do Paraná, a capital paulista é a melhor aquinhada na lista do Banco Central, com US\$ 24,5 milhões, enquanto a do Rio fica com US\$ 8 milhões, Manaus com US\$ 900 mil, Maceió com US\$ 100 mil e São Caetano do Sul com US\$ 1,2 milhão.